

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ROSINEIDE FERREIRA DE OLIVEIRA

**A UTILIZAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL NO AUXÍLIO AOS
PROCESSOS TRABALHISTAS: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE
CACOAL-RO.**

Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo

CACOAL – RO
2013

A UTILIZAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL NO AUXÍLIO AOS PROCESSOS TRABALHISTAS: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE CACOAL-RO.

ROSINEIDE FERREIRA DE OLIVEIRA

Artigo apresentado à Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *campus* de Cacoal, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, elaborado sob a orientação da Professora Especialista Ellen Cristina de Matos.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O artigo intitulado “A utilização da perícia contábil no auxílio aos processos trabalhistas: um estudo no município de Cacoal-RO”, elaborado pelo (a) acadêmico (a) Rosineide Ferreira de Oliveira, foi avaliado e julgado aprovado pela Banca Examinadora formada por:

Prof^ª.Ms. Graziela Luiz Franco Martinez
Presidente – UNIR

Prof^º.Ms. – Ms. Charles Carminati de Lima
Membro - UNIR

Prof^º– Ms. Adriano Tumelero
Membro - UNIR

Média

Cacoal – RO
2013

A UTILIZAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL NO AUXÍLIO AOS PROCESSOS TRABALHISTAS: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE CACOAL-RO.

Rosineide Ferreira de Oliveira¹

RESUMO: Constitui primazia do juiz, quando houver necessidade, nomear profissional contábil para prestar auxílio no decorrer do processo trabalhista. Partindo desse pressuposto, este trabalho propõe analisar os possíveis casos de perícia contábil trabalhista no município de Cacoal no período de 2008 a 2010, bem como abordar conceitualmente a Perícia Contábil e demais termos a ela relacionados. Verificou-se por meio da pesquisa que há somente um processo em que houve a utilização da perícia contábil no período estabelecido, onde o reclamante pleiteia o RSR e seus respectivos reflexos, alegando que a reclamada simulava o pagamento do RSR sem, contudo, pagar. Foi então solicitada a perícia contábil pelo juiz. Os resultados obtidos foram organizados conforme a necessidade do objeto de estudo, foi feita uma análise da reclamatória e demonstrados os cálculos devido ao empregado, e foram organizados conforme a necessidade do objeto de estudo, tendo como subsídio, para apoio de compreensão e análise, o material da literatura consolidando as informações. Verificou-se por meio deste trabalho que a utilização da perícia contábil no auxílio aos processos trabalhistas no município de Cacoal é mínima, pois foi encontrado somente um processo em que há a utilização da perícia, no período em que foi estabelecida a pesquisa. Nada obstante ter encontrado para pesquisa somente um processo trabalhista que requereu perícia contábil para seu desfecho, restou demonstrado na análise realizada ser imprescindível a atuação do perito em processos congêneres, sob pena de injustiça para as partes diante da incapacidade técnica do julgador trabalhista.

Palavra Chave: Perícia Contábil. Perícia Trabalhista. Cacoal – RO.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Lopes de Sá (2002, p.196) o termo perícia vem do latim *Peritia* significa conhecimento adquirido pela experiência. A perícia representa exames técnicos e detalhados, executados por pessoa com competência legal e profissional, sobre documentos, bens de qualquer natureza, pessoas, e objeto de direito, geralmente atendendo aos seus usuários para esclarecer dúvidas de maneira amigável (perícia extrajudicial) ou por meio de ação judicial (perícia arbitral e judicial).

Conforme Lopes de Sá (2002, p.196) um dos campos de grande atuação do perito é a justiça do trabalho. Os casos mais comuns são: registros de empregados, de salários, direitos inerentes às relações de trabalhos. Existindo litígio entre as partes (empregado e empregador), o juiz nomeará o perito já que será necessária a prova pericial.

Segundo Alberto (1996, p.112/113), a perícia contábil é ensejada em duas ocasiões nos processos trabalhistas: na apuração de haveres dos empregados retidos junto ao

¹ Acadêmica concluinte do Curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – campus de Cacoal, com TCC elaborado sob a orientação da Prof^a Especialista Ellen Cristina de Matos.

patrimônio dos empregadores e na análise dos valores patrimoniais dos empregadores, nas ações trabalhistas em que se discutem dissídios coletivos.

O trabalho pericial feito pelo contador com total imparcialidade é de grande importância, pois constantemente há abusos por parte dos empregadores. O perito busca a apuração dos verdadeiros fatos, assim, onde houver abusos, será contatado pela perícia. Atuando dessa maneira o profissional Contábil, como auxiliar na justiça do Trabalho para a correta elucidação dos fatos. Diante deste contexto, questiona-se: A perícia contábil trabalhista tem sido solicitada no auxílio aos processos trabalhistas no município de Cacoal-RO?

1.1 OBJETIVO GERAL

Com o intuito de solucionar o questionamento procurou-se trabalhar o assunto tendo como objetivo geral analisar os possíveis casos de perícia contábil trabalhista no município de Cacoal no período de 2008 a 2010.

1.2 OBJETIVO ESPECÍFICO

Objetivando especificamente abordar conceitualmente a perícia contábil e demais termos a ela relacionados; identificar as causas trabalhistas que ensejam a utilização mais frequente da perícia contábil na Justiça do Trabalho; examinar as causas trabalhistas ocorridas no município de Cacoal, no Estado de Rondônia, no período de 2008 a 2010, enfatizando aquelas em que houve utilização da perícia contábil para fins de resolução do litígio.

Para realização da pesquisa considera-se a relevância do tema uma vez que o perito contador, contratado pelas partes ou indicado pelo juiz para fazer laudos sobre um determinado caso, é essencial para a solução de litígios na Justiça. Recorrendo ao perito contábil quando o juiz necessita de um laudo profissional especializado ou para atender ao pedido de uma das partes envolvidas no processo.

O resultado obtido e aqui documentado constitui fonte de pesquisa tanto aos acadêmicos da Universidade Federal de Rondônia, do curso de Ciências Contábeis e cursos de áreas afins quanto à comunidade em geral, que utiliza a biblioteca da Unir para consultas. Por conter referencial teórico possibilitará o norteamento de pesquisas futuras sobre o tema, constituindo assim valiosa fonte de consulta.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram abordados os seguintes temas: aspectos históricos e conceituais da perícia contábil; tipos de perícia; atos preparatórios e de execução do trabalho pericial; termo de diligência; quesitos; produção da prova pericial; laudo pericial

contábil e parecer contábil; requisitos de um laudo contábil; perícia contábil em matéria trabalhista; o papel do perito contador no processo trabalhista.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta parte do trabalho são apresentados os conceitos e definições do assunto abordado auxiliando na análise e discussão das informações coletadas sobre o objeto da pesquisa.

2.1 ASPECTOS CONCEITUAIS DA PERÍCIA CONTÁBIL

O termo perícia significa “o conhecimento e a experiência das coisas”. A função pericial é, portanto, aquela pela qual uma pessoa conhecedora e experimentadora em certas matérias e assuntos examina as coisas e os fatos, reportando sua autenticidade e opinando sobre as causas, essência e efeitos da matéria examinada (ALBERTO, 1996, p. 17).

Para Magalhães (2001, p.12) “entende-se por perícia o trabalho de notória especialização feito com o objetivo de obter prova ou opinião para orientar uma autoridade forense no julgamento de um fato, ou desfazer conflito em interesses de pessoas”.

O termo “perícia” vem do latim *peritia* e significa conhecimento adquirido pela experiência. A perícia representa exames técnicos e detalhados, executados por pessoa com competência legal e profissional, sobre documentos, bens de qualquer natureza, pessoas, e objeto de direito, geralmente atendendo aos seus usuários para esclarecer dúvidas de maneira amigável (perícia extrajudicial) ou por meio de ação judicial (perícia arbitral e judicial). (MAGALHÃES, 1998, p. 12)

Para autor supracitado (1998, p. 12) a “[...] perícia contábil é um meio necessário, que tem como objetivo a extração de provas ou opinião para orientar uma autoridade (juiz), em um julgamento ou desfazer conflitos, controvérsias e dúvidas entre pessoas”.

A perícia contábil foi institucionalizada no Brasil com o advento do Decreto-Lei nº9.295/46 que criou o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), porém, o Código de Processo Civil – CPC já estabelecia algumas regras sobre perícia. Magalhães (2001, p. 11) explica que:

Foi, no entanto, com o “segundo” Código de Processo Civil – Lei nº5.869/73 -, com as modificações que lhe foram dadas pelas Leis Complementares, que as perícias judiciais foram premiadas com uma legislação ampla, clara e aplicável. A Legislação Trabalhista e o Direito Comercial também estão incluídos no contexto da atividade pericial, da mesma forma que as Jurisprudências de natureza processual civil. É neste conjunto de normas que estão inseridas as que disciplinam a Perícia Contábil.

Do Conselho Federal e Contabilidade emanam normas de natureza técnica-contábil com conteúdo explicativo e esclarecedor. É esse conjunto de normas que disciplinam a perícia contábil, sendo elas: Resolução CFC N°. 1.243/09 que aprova a NBC (Norma Brasileira Contábil) TP 01 – Perícia Contábil, Resolução CFC N°. 1.244/09 que aprova a NBC PP 01 – Perito Contábil.

O perito contador tem grande responsabilidade, a ele cabe a verificação da verdade dos fatos. Necessitando assim ser capaz, estar sempre preparado e atualizado para desenvolver um trabalho de boa qualidade com valor social (ALBERTO, 2002, p. 72).

Destarte, no seu amplo sentido, o objetivo da perícia é propiciar condições de justiça àqueles que dela necessitam para equalizar seus interesses.

2.2 TIPOS DE PERÍCIA

A perícia contábil pode ser judicial, extrajudicial e arbitral. A perícia judicial tem sua origem em ação posta em juízo, ou seja, origina-se sob a esfera jurídica, podendo ser determinada diretamente pelo juiz dirigente do processo ou a ele requerida pelas partes em litígio. Na perícia judicial, os exames são, em regra, específicos e recaem sobre fatos que já se encontram em discussão no âmbito do processo (SANTOS, 2004, p.86).

A perícia extrajudicial é realizada fora da esfera judicial, podendo, porém, se transformar em uma perícia judicial quando houver um processo. Alberto (2000, p.54) define a perícia extrajudicial como “aquela realizada fora do Estado, por necessidade e escolha de entes físicos e jurídicos particulares - privados, não submetíveis a outra pessoa encarregada de arbitrar a matéria conflituosa”.

A perícia arbitral é “aquela perícia realizada no juízo arbitral - instância decisória criada pela vontade das partes, não sendo enquadrável em nenhuma das anteriores por suas características especialíssimas de atuar parcialmente como se judicial e extrajudicial”. (ALBERTO, 2000, p.54).

2.3 ATOS PREPARATÓRIOS E DE EXECUÇÃO DO TRABALHO PERICIAL

É necessário que o contador preencha certos requisitos para ser nomeado perito. É condição indispensável ter boa formação profissional, ética e moral, gozar da confiança do juízo e exigir-se-ão também as condições legais e técnico-científicas.

O perito, após atender os procedimentos de habilitação, poderá ser nomeado pelo juiz. Após receber a intimação da nomeação há a necessidade de, antes de assumir sua função,

observar: a) se há alguma incompatibilidade ou se está impedido de realizá-la; b) se a matéria é de sua competência; e, c) se haverá tempo para entregar o trabalho no devido tempo.

Para Hoog (2007, p.72), no caso de recusa, o perito deve formalizar uma petição, requerendo ao juiz que venha desobrigá-lo da sua incumbência e deve apresentar as razões da sua recusa, que podem ser: a) estado de saúde; b) indisponibilidade de tempo; c) falta de recursos humanos ou materiais para assumir o encargo; e, d) se o objeto da perícia não for de sua competência.

Conforme o art. 423 c/c art. 146, parágrafo único do CPC, o profissional deverá apresentar sua recusa no prazo de cinco dias a contar da data em que foi nomeado. Do contrário, fica obrigado a cumprir a tarefa. Porém Hoog (2007, p.72) afirma que:

Dentre os motivos de sua recusa não está prevista a possibilidade de recusa quando a parte responsável pelo adiantamento dos honorários é beneficiária da Justiça Gratuita. Fica o perito sujeito às sanções, onde a mais severa é de ordem moral, pela sua não indicação para prestar serviços em outros processos. O art. 339 do CPC prevê que ninguém se exime do dever de colaborar com o Poder Judiciário para o descobrimento da verdade.

Há casos em que pode ocorrer o impedimento ou suspeição, que depende de fatores externos ou de terceiros. Como na recusa, deve o profissional notificar ao juiz sob pena de ser denunciado pela parte interessada, conforme art. 138, III, do CPC.

Pelos artigos 134 e 135 do CPC, estará o perito impedido ou suspeito nos seguintes casos: quando houve relação profissional ou conservou nos últimos cinco anos com qualquer uma das partes; quando for amigo, inimigo ou parente das partes e ou tiver interesse direto ou indireto com o julgamento; quando for parte no processo ou prestou depoimento como testemunha; quando nele tiver postulado como advogado de uma das partes, do seu cônjuge ou dos parentes destes, de qualquer parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o segundo grau; quando alguma das partes for credora ou devedora do perito, ou de seu cônjuge.

2.4 OBTENÇÃO DE PROVAS

São as ações praticadas por peritos e seus assistentes, que objetiva esclarecer as dúvidas existentes quanto à interpretação das provas. Nomeado e verificado se não há impedimentos e suspeição, o perito começa a por em prática os atos que o ajudarão a dirimir as possíveis dúvidas quanto à interpretação. É nesse ponto que se inicia o trabalho pericial. (MAGALHÃES e LUNKES, 2008, p. 41)

Cabe ao perito fazer o planejamento do seu trabalho, bem como elaborar o orçamento que servirá para negociações. A formulação de quesitos é o primeiro ato de

execução. Podem ser formulados tanto pelo juiz quanto pelo advogado das partes. Quando os quesitos forem formulados pelos advogados das partes, ficam sujeitos à homologação do juiz, ou recusa, se julgá-los impertinentes (CPC, art. 426, inc. I e II).

Assim, podem o perito e/ou o assistente técnico iniciar as diligências apoiada em investigação de fatos que não estejam plenamente elucidados. Para Magalhães e Lunkes (2008, p. 42), esta deverá ser uma investigação de cunho científico ou um trabalho técnico. “A função primordial da prova pericial é transformar os fatos relativos à lide, de natureza técnica ou científica, em verdade formal, em certeza jurídica” (ORNELAS, 2003, p. 26).

Para o legislador processual, art. 420 do CPC “A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação.” Segundo Zanna (2007, p.61), tal exame consiste na inspeção sobre coisas, livros documentos contratos para verificação de fatos ou circunstâncias que estejam ligados à lide. Vistoria é a verificação e a constatação de alguma coisa ou bem (móveis, máquinas, estoques, etc.), no próprio local onde se encontram. E a avaliação é a apuração do valor em dinheiro, de coisas, direitos e obrigações que estão em litígio.

Já a Resolução CFC Nº. 1.243/09, que aprova a NBC TP 01, diz que os procedimentos para elaboração do laudo ou do parecer são, como demonstrados no quadro 1: exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação. Brevemente descritos no quadro abaixo:

Quadro 1: Procedimentos para obtenção de prova pericial.

Procedimentos para obtenção de prova	Descrição
a) Exame	Análise de livros, registros das transações e documentos;
b) Vistoria	Diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial.
c) Indagação	Busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionadas à perícia.
d) Investigação	Pesquisa que busca trazer ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil o que está oculto por quaisquer circunstâncias.
e) Arbitramento	Determinação de valores ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico.
f) Mensuração	Ato de qualificação e quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações.
g) Avaliação	Ato de estabelecer o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas.
h) Certificação	Ato de atestar a informação trazida ao laudo pericial contábil pelo perito-contador, conferindo-lhe caráter de autenticidade pela fé pública atribuída a este profissional.

Fonte: Resolução CFC Nº. 1.243/09

2.4.1 Diligências

Diligência é todo e qualquer ato executado pelo perito ou pelo assistente técnico, com o objetivo de juntar provas e argumentos para a elaboração do laudo pericial, sua entrega e demais atividades decorrentes (ZANNA, 2007, p. 135).

Segundo a Resolução CFC N°. 1.243/09: “Termo de diligência é o instrumento por meio do qual o perito solicita documentos, coisas, dados, bem como quaisquer informações necessárias à elaboração do laudo pericial contábil ou do parecer pericial contábil”. Ainda de acordo com (MAGALHÃES E LUNKES, 2008, p. 43):

Conhecendo os quesitos, o perito e/ou assistentes (se houver) podem iniciar as diligências para a obtenção de provas. As diligências consistem em todos os meios lícitos, necessários, para obtenção de provas que possam estar fora dos autos (CPC, art. 429), como, por exemplo, acesso aos livros comerciais obrigatórios, facultativos, auxiliares e fiscais, e dos documentos de arquivos das partes ou de terceiros e documentos de órgãos públicos, oitiva de testemunha (exceção) e outros.

Nem sempre são suficientes os elementos de provas que constam nos autos. Então o perito poderá buscar dados e provas junto às partes e em repartições públicas e outros locais (art. 429 do CPC). O perito deve usar o Termo de Diligência para requerer os documentos necessários na busca de informações. Zanna (2007, p. 138), diz que as diligências são importantes no trabalho como explicitado no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2: Importância das diligências

Descrição
a) Para conhecimento dos autos, aceitação do encargo e apresentação da estimativa de honorários.
b) Para informar o início dos trabalhos às partes.
c) Para obtenção de informações.
d) Para conclusão do trabalho e a elaboração do laudo.
e) Para prestar esclarecimentos após a entrega do laudo.
f) Para receber os honorários.

Fonte: Zanna, (2007).

Segundo a Resolução CFC N°. 1.243/09, terminadas as diligências, o perito deverá apresentar o laudo pericial e o perito assistente o seu parecer nos prazos determinados. Tal termo de diligência deve apresentar alguns elementos básicos que é exemplificado conforme ANEXO A.

Deferida a realização da prova pericial e nomeado o perito, incumbe às partes e ao magistrado, formular os quesitos, de acordo com o artigo 421, § 1º, inciso II, do CPC. Para Ornelas (2007, p. 84), os quesitos são as perguntas de natureza técnica que o perito

responderá, relativas à matéria objeto da lide, daí depreender-se que, caso não guardem relação com o litígio, serão impertinentes e devem ser indeferidas pelo magistrado.

Os quesitos, quando oferecidos, são elementos importantes no contexto do planejamento da perícia e da confecção do laudo pericial contábil. A elaboração de suas respostas deve atender alguns requisitos: devem ser circunstanciadas, objetivas, concisas e claras.

Para Alberto (2002, p. 126) os quesitos serão respondidos de forma circunstanciada quando atenderem à essência da questão formulada.

Sobre a objetividade das respostas, é a seguinte a opinião de Sá (2008, p. 46): “é um princípio que se estriba no preceito acolhido pelas ciências, ou seja, a exclusão do julgamento em bases ‘pessoais’, ou ‘subjetivas’”. No que tange à concisão, Ornelas (2007, p. 88) recomenda que as respostas não se alonguem demais, sem admiti-las, entretanto, na forma singela.

A clareza, outro requisito para as respostas aos quesitos, é necessária na medida em que os laudos são feitos para terceiros não afeitos à terminologia contábil, daí a necessidade de respostas precisas, que não dêem margem a interpretações dúbias.

2.5 LAUDO PERICIAL CONTÁBIL E PARECER CONTÁBIL

Esta é a fase da execução que sucede as diligências. É feita através da elaboração do laudo, do parecer e termo de audiência. Em conformidade com o art. 332 do CPC, “todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste código, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se fundamenta a ação ou a defesa.”

O laudo pericial é a lavratura do juízo feito pelo perito. Já os pareceres periciais são escritos pelos peritos assistentes. Quanto ao termo de audiência é feito pelo magistrado e pode conter informações obtidas dos peritos e/ou assistentes e também das demais pessoas ouvidas.

Depois de verificar os fatos ligados à lide, o perito deve apresentar o resultado de seu trabalho em uma peça escrita chamada de laudo contábil. De acordo com Sá (1997, p. 43), no laudo é expresso o julgamento feito pelo perito contador, onde ele analisa os fatos que lhe são submetidos, estribado em seus conhecimentos.

Conforme demonstrado no Quadro 3, de acordo com Antônio Lopes de Sá (2008, p. 46) o laudo contábil e as respostas apresentadas pelo Perito do juízo precisam atender os seguintes requisitos mínimos:

Quadro 3: Requisitos do laudo pericial contábil.

Requisitos do laudo pericial contábil	Descrição
a) Objetividade	Princípio que se estriba no preceito acolhido pelas ciências. É a exclusão do julgamento em bases ‘pessoais’, ou ‘subjetivas’.
b) Rigor Tecnológico	O perito não deve afastar-se do assunto, o texto deve estar de forma clara.
c) Concisão	Exige que o perito evite o uso demasiado de palavras, tornando o texto longo, que venha cansar aquele que lê.
d) Argumentação	No que tange a argumentação, deve o perito alegar por que concluiu ou em que se baseia para apresentar sua opinião.
e) Exatidão	É condição essencial de um laudo. O perito não deve ‘supor’, mas só afirmar quando tem absoluta segurança sobre o que opina.

Fonte: Sá, (2008).

O laudo deve ser objetivo; as respostas dos quesitos devem ser fundamentadas e comentadas. Sua apresentação deve ser de maneira adequada e com boa estética, sem erros, rasuras ou entrelinhas. Na lição de Hoog (2007, p. 168), se houver quesitos, eles devem ser respondidos, essas respostas devem ser circunstanciadas, não sendo aceitas “sim” ou “não”, devendo constar as razões e fundamentos do “sim” ou “não”.

2.6 HONORÁRIOS E PENALIDADES

Os honorários periciais são regulados pela Resolução CFC N°. 1.244/09 que trata detalhadamente todos os itens ligados aos honorários profissionais, conforme descrito abaixo: “Na elaboração da proposta de honorários, o perito deve considerar os seguintes fatores: a relevância, o vulto, o risco, a complexidade, a quantidade de horas, o pessoal técnico, o prazo estabelecido, a forma de recebimento e os laudos inter profissionais, entre outros fatores”.

Se o perito estiver na função judicial, compete ao magistrado fixar sua remuneração. Esse ato é conhecido como arbitramento. Quando o juiz decide sobre a remuneração do perito leva em consideração a qualidade do seu trabalho, complexidade, orçamento, bem como as reações das partes (HOOG, 2007, p.159).

O perito deve possuir cultura geral e contábil que irá permitir que ele colabore com o Juiz. Deve ser habilitado com título de bacharel em Ciências Contábeis, ou equiparado, devidamente registrado no Conselho Federal de Contabilidade.

Ensina o Professor Ornelas (2003, p.50) que:

Conhecimentos gerais e profundos da ciência contábil, teórico ou aplicadas em suas várias manifestações organizacionais públicas e privadas, além de outras áreas correlatas, como, por exemplo, matemática financeira, estatística, assuntos

tributários, técnicas e práticas de negócios, bem como domínio do direito processual civil, em especial quanto aos usos e costumes relativos à perícia, e de legislação correlata, são essenciais ao desempenho competente da função pericial que devem ser aliados com qualidades de espírito que o fazem perspicaz, crítico, hábil e circunspecto.

Faltando ao perito tais qualidades, poderá sofrer sanções nas seguintes situações: substituição, se carecer de conhecimento técnico ou científico ou deixar de cumprir o encargo no prazo sem motivo legítimo; comunicação da ocorrência, pelo juiz, à corporação profissional; multa, fixada tendo em vista o valor da causa e o possível prejuízo decorrente do atraso no processo. Poderá também ser substituído e ficar inabilitado por dois anos se prestar informações inverídicas por dolo ou culpa, tendo que responder por prejuízos que causar a parte, sem prejuízo da sanção que a lei penal estabelecer (ALBERTO, 2002, p. 79).

2.7 PERÍCIA CONTÁBIL EM MATÉRIA TRABALHISTA

Conforme Lopes de Sá (2004, p.196) um dos campos de grande atuação dos peritos é na justiça do trabalho. Os casos mais comuns são: registros de empregados, de salários, direitos inerentes às relações de trabalhos. Geralmente nos casos trabalhistas o lado mais fraco é o beneficiado, ou seja, a lei protege o empregado, que está numa situação de hipossuficiência em relação ao empregador. Para Zanna (2007, p. 406):

O processo trabalhista é a maneira pela qual são conciliados ou julgados os dissídios individuais e coletivos entre empregados e empregadores, chamado de processo de reclamante e reclamados. Presta-se também para dirimir demais controvérsias decorrentes das relações trabalhistas regidas pelo Direito do Trabalho e capitulados na CLT.

Para Zanna (2007, p.412), o processo trabalhista se encerra em duas hipóteses: através da conciliação entre as partes, onde o valor pago é ajustado entre as partes e com isso finaliza-se o processo ou através de uma sentença judicial transitada em julgado, na qual o juiz determina o fim do litígio não cabendo mais recursos. O surgimento das ações trabalhistas ocorre no desentendimento entre empregados e empregador, quando uma das partes se sentir lesada, propondo o litígio.

Sabe-se que muitos são os litígios que requerem a perícia contábil, entre eles estão às causas judiciais envolvendo matérias trabalhistas. De acordo com Zanna (2007, p. 405) a perícia contábil trabalhista lida com dois atores: o empregado, ou um grupo, que no processo trabalhista, geralmente figura na condição de reclamante e o empregador, chamado de reclamado, ente que organiza os meios de produção, as atividades comerciais e de prestação

de serviços, nos quais insere o empregado. É fundamental conhecer em um processo trabalhista suas fases, que são:

a) Fase de instrução: Na visão de Magalhães e Lunkes (2008, p. 59) é o momento em que as partes produzem suas provas, que podem ser documentais, através de testemunhas ou provas periciais e de acordo com elas o juiz investigará as possibilidades para encontrar a verdade dos fatos ocorridos e propor a conciliação entre as partes.

O magistrado ao necessitar de informações técnicas ou científicas que extrapolem o seu conhecimento, determinará a produção da prova pericial, através de perito de sua confiança. Neste caso, o profissional recorrido é o perito contador que fará a perícia com a finalidade de obter informações adicionais, diferentes daquelas já constantes nos autos do processo. Para nortear a busca de provas nesta fase do processo são formulados os quesitos, que são perguntas respondidas pelo perito com intuito de esclarecer dúvidas e divergências ocorridas (MAGALHÃES E LUNKES, 2008, p. 59).

b) Fase de execução: Magalhães e Lunkes (2008, p. 59) explicam que essa fase se inicia com a sentença de liquidação da lide, no momento serão realizados os cálculos pelo perito. Referente à sentença exequiênda ilíquida, o que é mais comum, a liquidação se dará por cálculos:

Dá-se de maneira objetiva e é feita através de cálculos aritméticos, em que os elementos necessários e indispensáveis para atender às determinações do juízo encontram-se presentes nos autos. Nesta fase um profissional que detenha grau de instrução superior e conhecimento pertinente pode executar os cálculos referentes à execução, preferencialmente um Contador. Cabe ao perito nomeado promover a execução por cálculos de forma clara, transparente e minuciosa, especificando item por item o desenvolvimento dos mesmos.

O perito possui papel importante na execução de trabalhos periciais trabalhista, tanto na fase de instrução quanto na fase de execução. Na primeira, o perito atua com esclarecedor de dúvidas suscitadas pelo magistrado, onde responderá aos quesitos. Já na segunda é onde o perito efetuará os cálculos, possuindo embasamento do valor da sentença a ser pago a quem realmente tem direito.

Conforme Alberto (2007, p. 59) seja qual for a situação judicial a principal finalidade da perícia contábil é a de apontar os haveres monetariamente mensurados ou avaliados da causa em questão. Para o autor, no âmbito da justiça do trabalho, ocorrem duas situações que podem envolver o trabalho do perito trabalhista. A primeira situação é as reclamações trabalhistas nas quais existem divergências nos valores referentes à rescisão do contrato de trabalho por parte do empregado. Neste caso a perícia contábil ficará encarregada de apurar os valores devidos ao trabalhador.

A segunda situação é as ações trabalhistas, nas quais é avaliada e analisada a situação patrimonial e econômico-financeira de uma empresa, com a finalidade de comprovar sua capacidade ou incapacidade de cumprir condições estabelecidas em normas coletivas (acordos, convenções ou dissídios). Neste caso a perícia contábil servirá como auxiliadora dos acordos e decisões durante a fase de negociação ou de instrução das normas coletivas trabalhistas. Ainda, o fato dos valores apurados em uma situação de litígio ser parte do patrimônio, seja de pessoas físicas ou jurídicas, é que se faz necessário o trabalho do perito contador, por ser o profissional habilitado para exercer esta função.

2.7.1 O Papel do Perito Contador no Processo Trabalhista

Sendo o empregador um ente organizado, cabe ao perito contador buscar as informações necessárias para cumprir sua missão, na documentação e na escrituração contábil do mesmo. Quando não há acordo entre as partes o magistrado solicita a perícia contábil, então o perito calculará os direitos sentenciados. De acordo com o CPC no seu artigo 145 nas ações trabalhistas a participação do perito contador é compulsória “... a prova de o fato depender de conhecimento técnico ou científico será assistido por perito...”. Entende-se que perícia contábil acontece quando recai sobre o objeto da contabilidade, que é o patrimônio (bens, direitos e obrigações da entidade).

Pode ocorrer que os documentos juntados pela empresa reclamada sejam incompletos, impedindo o juiz de ter pleno conhecimento da verdade, exigindo-se do perito contador as devidas providências quanto às diligências necessárias, que o torne conhecedor dos documentos que o habilitará para a conclusão de seus cálculos. O que se lhe exige é uma prova fundada em cálculos e não documental (ZANNA, 2007, p.412). De acordo com Zanna (2007, p.413):

No final o que se espera do perito são cálculos claros, simples, fáceis de serem entendidos por leigos e corretos, com o propósito de revelarem: a) o crédito trabalhista do reclamante; b) o crédito previdenciário do INSS; c) o crédito do CEF relativo ao FGTS, que será repassado ao próprio reclamante, pois a ele pertence; d) a quantia do IRRF cabente ao Tesouro Nacional.

Destarte, o papel do perito contador é apresentar os cálculos monetários dos direitos sentenciados. O perito contador tem que ter em seu conhecimento o quanto é devido a Previdência Social, FGTS e IRRF.

Cabe ao perito contador buscar enriquecer seus conhecimentos por meio de estudos, cursos de capacitação, ter acesso a softwares especializados, conhecer a Constituição sobre trabalho e emprego, estar sempre atento às mudanças das leis trabalhistas, tais como decretos,

medidas provisórias, jurisprudências, regulamentos e portarias relacionadas com a justiça trabalhista. Como resultado, pode-se afirmar que a principal característica para se realizar perícias na área trabalhista durante longo tempo é o estudo e atualização permanente. Somente quem conseguir manter-se sempre atualizado, conseguirá atender bem aos objetivos da justiça trabalhista (ZANNA, 2007, p. 414).

3METODOLOGIA

A pesquisa está inserida na área das ciências sociais e possui estudo de caráter exploratório, a investigação baseou-se em variáveis qualitativas e quantitativas discretas e contínuas, de forma retrospectiva, do qual a coleta de dados ocorreu por meio de levantamento bibliográfico e análise de processo.

Considerando seus objetivos, esta pesquisa se constitui do tipo prática, pois seu objeto de estudo se estabelece por uma situação social e por um problema encontrado em tal situação, buscando esclarecer se a perícia contábil trabalhista tem sido solicitada no auxílio aos processos trabalhistas no município de Cacoal- RO.

Para atingir o primeiro objetivo específico foi abordado conceitualmente perícia contábil e os termos relacionados a ela, destacando o que é a perícia contábil para que serve e a função do perito diante de um processo judicial. O segundo objetivo foi atendido identificando as causas trabalhistas que ensejaram a utilização da perícia contábil na Justiça do Trabalho.

O terceiro objetivo específico foi examinar as causas trabalhistas ocorridas no município de Cacoal, no Estado de Rondônia, no período de 2008 a 2010, enfatizando aquelas em que houve utilização da Perícia Contábil para fins de resolução do litígio.

Verificou-se por meio da pesquisa que há somente um processo em que houve a utilização da perícia contábil no período estabelecido, onde o reclamante pleiteia o RSR e seus respectivos reflexos, alegando que a reclamada simulava o pagamento do RSR sem, contudo, pagar. Foi então solicitada a perícia contábil pelo juiz.

Os resultados obtidos foram organizados conforme a necessidade do objeto de estudo, foi feito uma análise da reclamatória e demonstrados os cálculos devido ao empregado, e foram organizados conforme a necessidade do objeto de estudo, tendo como subsídio, para apoio de compreensão e análise, o material da literatura consolidando as informações.

Esta pesquisa foi pautada dentro dos padrões éticos de pesquisa no sentido de não mencionar nomes ou quaisquer dados que possam trazer prejuízos a outrem.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA RECLAMATÓRIA

O Processo objeto da presente pesquisa foi autuado em 05/05/2010, tendo como parte reclamante o Sr. Douglas da Silva e, reclamada a empresa Açolin-Distribuidora de Aço Ltda., sendo esses nomes fictícios em virtude de sigilo processual. Os Autos foram representados junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região – Cacoal – RO.

O Sr. Douglas da Silva reclamou contra a empresa Açolin - Distribuidora de Aço Ltda., apresentando os fatos e formulando os pedidos conforme petição inicial de fls. 02. Juntou os documentos de fls. 03/21. Primeira proposta de conciliação rejeitada. A reclamada apresentou contestação oral às fls. 22 e juntou os documentos de fls. 24/47. Em instrução, foi tomado depoimento pessoal do reclamante. Foi também determinada à realização de perícia contábil, tendo o laudo sido anexado às fls. 92/99. Sem mais provas foi encerrada a instrução processual. Vieram os autos conclusos para julgamento.

Alega o reclamante que recebia sua remuneração exclusivamente por comissões, contudo, o reclamado realizava simulação, fazendo incluir em seus contracheques mensais pagamento do Repouso Semanal Remunerado - RSR, sem, contudo pagar tal verba.

Explica que o reclamado, em seu contra cheque, indicava valor para o RSR que, na realidade, era retirado dos valores devido a título de comissões. Pleiteia, assim, o reclamante, o pagamento de todos os RSR devidos e seus respectivos reflexos.

O reclamado, em contestação, sustenta que não havia qualquer simulação. Diz que o valor das comissões devidas ao autor era calculado corretamente, e, sobre esse valor, era calculada ainda a quantia devida a título de RSR, sendo que o empregado sempre recebeu corretamente sua integral remuneração.

O ônus da prova, inicialmente, pertencia ao reclamante. As partes não apresentaram provas testemunhais. A questão, então, foi levada a apreciação de uma perita contábil, nomeada pelo juízo. A referida perita, no laudo de fls. 92/99, porém, informou não ser possível esclarecer a questão crucial da discussão (ou seja, se os valores pagos ao reclamante estavam corretos), pois o reclamado se negou a entregar para análise todas as notas fiscais referentes às vendas constantes nos relatórios de vendas.

Além disso, restou impossível a conclusão do trabalho pericial porque a reclamada imprimiu os relatórios de vendas somente após a determinação da realização da perícia e,

como deveria ter sido, não entregou a perita os relatórios impressos em cada uma das suas épocas de vendas.

Assim, não tendo o reclamado entregado a perita os documentos necessários para solução da controvérsia, documentos esses que, frise-se, estão ou, pelo menos, deveriam estar em seu poder, atraiu para si o ônus da prova.

Como nenhuma prova produzida nos autos foi suficiente para afastar a tese exposta na inicial, o juiz entendeu verdadeiras as informações passadas na inicial. No sentido de que o reclamado, no contra cheque do autor, indicava valor para o RSR que, na realidade, era retirado dos valores devidos a título de comissões.

4.1 LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA

A correta liquidação depende da exata interpretação do conteúdo da sentença condenatória. Para tanto, cabe observar o princípio da inalterabilidade da sentença liquidanda (CLT, 879, 1º e CPC, 610), não podendo a liquidação ir além ou ficar aquém do que a sentença concedeu. A incidência da correção monetária, juros de mora, descontos previdenciários e de imposto de renda são considerados elementos implícitos no pedido.

4.1.1 Levantamento inicial dos dados

O trabalho inicial no processo de liquidação trabalhista analisado inicia-se com o levantamento de dados feito pela perita contadora onde teve conhecimento do programa gerencial utilizado na empresa. À perita foi solicitado que respondesse alguns quesitos, sendo um deles: “se, analisado as contas da empresa, pode-se dizer que a alegação do reclamante (de que a reclamada simulava os contracheques, indicando valor para DSR, que, na realidade, era retirado da própria comissão) tem alguma procedência?” Após análise pericial dos relatórios, a perita obteve o cálculo de venda e comissões apresentado no Anexo B.

A resposta da perita foi à seguinte: “A análise pericial com base nos documentos pela reclamada pode verificar que as comissões pagas nos contra-cheques do reclamante, são as mesmas contidas nos relatórios de comissões, com algumas diferenças irrelevantes nos valores mensais. No entanto, a perícia ficou prejudicada, pois não foram fornecidos relatórios de comissões ou vendas com data da ocorrência do fato, ou pelo menos, com data anterior ao início dos procedimentos periciais.” Não houve recurso contra a decisão do juiz. Com o processo transitado em julgado, em decisão de primeiro grau, a reclamada foi condenada a pagar ao reclamante, as seguintes parcelas:

- a) RSR de todo o vínculo de emprego e reflexos em aviso prévio;

- b) 13º salário proporcional;
- c) Férias proporcionais mais um terço;
- d) FGTS + 40% sobre parcelas deferidas;
- e) Honorários assistenciais;
- f) Outras questões:
 - I. Descontos previdenciários: deverão ser apurados os descontos previdenciários, dos quais serão arcadas por ambas as partes.
 - II. Juros e atualização monetária na forma da lei, considerando o disposto na Sumula 381 do TST.
 - III. Descontos de imposto de renda devido sobre o total das parcelas tributáveis;
 - IV. Justiça gratuita: concedido ao reclamante o benefício da justiça gratuita;
 - V. Juros de mora (devidos 1% desde o ajuizamento até a data do pagamento);
 - VI. Liquidação por simples cálculo.

5 ANÁLISE DA RECLAMATÓRIA TRABALHISTA

Pretende-se por meio do capítulo a seguir demonstrar e analisar um caso prático de perícia contábil trabalhista através das demonstrações dos cálculos que a empresa foi condenada a pagar em favor do autor.

5.1 DSR E REFLEXOS

DSR – Descanso Semanal Remunerado ou Repouso Semana Remunerado – RSR é um direito do trabalhador, regulado pela CLT (art. 67) e Lei 605/49 e corresponde a um descanso semanal de 24 horas consecutivas, preferencialmente nos domingos. Se não for completado o trabalho integral dos seis dias que precedem o descanso, o empregado perde o direito à remuneração do descanso, mas conserva o direito ao repouso.

Para calcular o valor do DSR basta dividir o valor das comissões do mês pela quantidade de dias úteis no mesmo e multiplica pelos domingos e feriados. Após o calcular as parcelas do DRS seguem o cálculo de seus reflexos: aviso prévio, 13º salários, e férias.

O DSR reflete diretamente no aviso-prévio, previsto no art. 487 da CLT. Tal aviso é direito irrenunciável integra sempre o período contratual (Enunciado TST 05), inclusive para o pagamento da indenização adicional do art. 9º da Lei 6.708/79, somando-se ao período de garantia de emprego (Enunciado TST 348). O cálculo do aviso-prévio é simples: com base na

maior remuneração, atualizável. Recebe a incidência de horas extras (Enunciado TST 94), adicionais noturnos, comissões e obviamente de todas as verbas que compõem a maior remuneração, refletindo sempre no FGTS (Enunciado 305).

De acordo com o Enunciado 347/TST, para o reflexo das horas extras no aviso-prévio, deverá ser observada a média física (número médio) das horas prestadas nos últimos doze meses anteriores à rescisão. Se o período trabalhado for inferior a um ano, deverão ser tomados como base os meses trabalhados durante o período.

Quanto ao 13º salário, a Lei 4090/62 estatui que trata-se de direito que o empregado adquire aos poucos, mês a mês. Corresponde a 1/12 da remuneração de dezembro, por mês de serviço ou fração de 15 dias. A primeira parcela deve ser adiantada de 1º fevereiro a 30 de novembro (ou nas férias) e será igual “à metade do salário recebido pelo empregado no mês anterior” (Dec. 57.155/65).

Neste caso, havendo salário variável, este valor será acrescido da metade da média das comissões recebidas até o mês anterior. O valor definitivo do 13º será o da remuneração de dezembro menos o adiantamento. As horas extras e adicionais noturnos integram o 13º pela média dos números (média física) das horas extras e adicionais noturnos pagos no período aquisitivo (Enunciado 45, Lei 4090/62 e Enunciado 347).

A DSR reflete diretamente sobre as férias, que é direito adquirido após doze meses de trabalho. O cômputo da verba envolve dias corridos. As férias normais gozadas na vigência do contrato de trabalho ou em dobro pagas também durante o decorrer do período laboral são remuneradas com base na remuneração do mês, mais o terço legal (Enunciado 328). As férias indenizadas são remuneradas com a remuneração do mês da rescisão. Sabedor de tais considerações tem-se a evolução dos cálculos conforme é demonstrado no Anexo C.

Diante do valor do DSR e seus reflexos procede-se em seguida ao cálculo do FGTS. Em conformidade com a Lei 8.036/1990 ocorrendo rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador, ficará este obrigado a depositar, na conta vinculada do trabalhador no FGTS, os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior, que não houver sido recolhido, sem prejuízo das cominações legais.

Na demissão sem justa causa, o empregador deverá depositar na conta vinculada do trabalhador uma indenização de 40%. A indenização é calculada sobre o total dos depósitos, realizados na conta do FGTS durante o contrato de trabalho, devidamente corrigidos, inclusive sobre os depósitos sacados durante a vigência do contrato.

Todos os empregadores ficam obrigados a depositar, em conta bancária vinculada a importância correspondente a 8% da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada

trabalhador, incluída na remuneração as parcelas de que tratam os artigos 457 e 458 da CLT (comissões, gorjetas, gratificações, etc.) e a gratificação de Natal a que se refere a Lei 4.090/62, com as modificações das Lei 4.749/65. Esses cálculos referidos acima estão demonstrados no Anexo D.

A seguir tem-se a demonstração da contribuição previdenciária pagos durante o contrato de trabalho, que é útil para a realização dos próximos cálculos. É aplicada a alíquota sobre o salário de contribuição e o resultado será a contribuição que é devida ao segurado. As alíquotas do INSS aplicadas são referentes à tabela vigente em 2010, conforme o Quadro 5:

Quadro 5: Tabela de Contribuição dos Segurados Empregado, Empregado Doméstico e Trabalhador Avulso, para pagamento de remuneração a partir de 16 de junho de 2010.

Salário	Alíquota de contribuição
Até R\$ 1.040,22	8%
De R\$ 1.040,23 a R\$ 1.733,70	9%
De R\$ 1.733,71 até R\$ 3.467,40	11%

Fonte: Portaria Interministerial MPS/MF nº 333/2010.

A realização dos cálculos está demonstrada no Anexo E.

Com base na Lei 8.212/91 - Lei Orgânica da Seguridade Social e Decreto 3.048/99 - Regulamento da Previdência Social, os cálculos demonstrados a seguir são as contribuições previdenciárias, incidentes sobre o salário-de-contribuição que foram reconhecidos na reclamação trabalhista. Para tanto soma-se o salário com as verbas da reclamação, que é o DSR (cálculo demonstrado na Tabela 2), aplicando em seguida as alíquotas de contribuição do INSS vigente em 2010. Após a totalização do valor devido subtrai do valor da contribuição do segurado (demonstrado na Tabela 4) achando a diferença entre o valor do INSS pago durante o contrato de trabalho e o reconhecido na reclamação trabalhista.

O valor total do INSS será a soma dessa diferença mais a soma da contribuição do empregador, que é o FPAS (20%) e o RAT (1%). A aplicação dessas alíquotas é feita sobre as verbas da reclamação trabalhista.

O FPAS é o Fundo da Previdência e Assistência Social, trata-se de um código que identifica a atividade econômica que a empresa ou o trabalhador individual exerce. O contribuinte tem a responsabilidade de enquadrar a empresa utilizando o código de FPAS nas tabelas disponíveis na Internet, no site da Receita Federal do Brasil.

RAT é o Risco Ambiental de Trabalho, as alíquotas estão no Anexo V, do Decreto Nº 6.957/09, Classificação Nacional das Atividades Econômicas e o seu respectivo percentual

de RAT relativo a cada atividade. Com a aplicação das abordagens supracitadas, tem-se a evolução dos cálculos que é demonstrado no Anexo F.

Apuram-se agora os acréscimos legais e dedução dos valores recolhidos/garantidos, acumulação do crédito trabalhista, dedução da contribuição previdenciária empregado, apuração de correção monetária e juros moratórios.

O procedimento de atualização monetária tem amparo nas leis números 6.899/81 (para custas processuais, honorários advocatícios e outros débitos judiciais), decretos-lei 75/66 e 2.322/87 Leis 7.738/89 e 8.177/91 (débitos trabalhistas “de qualquer natureza”- conf. Art. 39 da Lei 8.177/91).

Os juros de mora têm sempre natureza indenizatória porque visam à reparação de dano, mediante a remuneração do capital. Não incidem a partir da época própria das parcelas, como ocorre com a correção monetária dos débitos trabalhistas, mas sim desde o ajuizamento da ação (CLT, 883) e sobre o “principal corrigido”, (Enunciado 200/TST). Quanto à taxa, incidem atualmente à razão de 1% ao mês, conforme art. 39 da lei 8.177/91. As evoluções desses cálculos estão demonstradas nos Anexos G e H.

O cálculo do imposto de renda deverá ser efetuado sobre o total passível de incidência tributária, deduzindo a parcela previdenciária, aplicando-se a tabela vigente do mês do pagamento. A obrigação de calcular, reter e recolher é da reclamada. A legislação tributária (art. 46 da lei 8.541/92 e art. 718 do Dec. 3000/99) determina à fonte pagadora a obrigação de reter o imposto de renda devido, passando a responder como sujeito passivo da obrigação tributária.

A Lei nº 8.541/92, art. 46, § 1º, inc. I determina a exclusão da base de cálculo do imposto de renda, dos juros de mora incidentes sobre os rendimentos pagos em cumprimento de decisão judicial, sendo que os juros de mora não têm natureza de rendimento, mas de indenização pelo não pagamento das verbas contratuais ao reclamante no momento oportuno (artigo 39 da lei 8.177/91).

Verbas tributáveis - a base de cálculo do imposto de renda na liquidação trabalhista vem definida pelo art. 43 do Decreto nº 3.000/99. Dentre as verbas mais comuns, podem ser destacadas: a) salário-base; b) gratificações (habituais ou não); c) adicionais de insalubridade, periculosidade, horas extras, adicional noturno, sobreaviso, etc. d) prêmios; e) férias; f) comissões; g) utilidades salariais.

A par dessas constatações, o Quadro 6 a seguir, demonstra os respectivos cálculos:

Quadro 6: Imposto de Renda

Participação % verbas tributáveis		Valor principal	Juros de mora	Base de calculo	Alíquota	Parcela a deduzir	Valor do imposto
No valor Principal	Nos juros de mora						
73,95	0,00%	2406,36	0	2406,36	15%	280	80,01

Fonte: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - Cacoal

Após a realização de todas as análises e cálculos imprescindíveis à apuração dos valores, tendo como referencia às decisões lavradas em juízo, demonstra-se no Anexo I um quadro resumo dos respectivos valores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fatores que levam o empregado a promover ação contra seu empregador na ação trabalhista são diversos. Salientando-se falta de registro na carteira profissional do trabalhador quando se inicia o trabalho, falta de pagamento das horas extras e seus reflexos, adicional noturno, comissões e etc., fatores esses indispensáveis nas leis trabalhistas.

A perícia contábil é imprescindível para a verificação dos valores a serempagos ou recebidos pelas partes do processo, sendo necessária a apresentação de um trabalhocompetente, sério, imparcial, com a aplicação de técnicas contábeis, especialmente as aplicáveis à perícia além de razoável conhecimento em leis trabalhistas e processuais.

Verificou-se por meio deste trabalho que a utilização da perícia contábil no auxilio aos processos trabalhistas no município de Cacoal é mínima, pois foi encontrado somente um processo em que há a utilização da perícia, no período em que foi estabelecida a pesquisa. Percebe-se que a aplicação da perícia contábil quase não é utilizada no auxilio aos processos trabalhistas no município de Cacoal. Foi feito uma analise da reclamatória e analisado o caso prático demonstrando os reflexos produzidos pelo trabalho do perito contador.

Nada obstante ter encontrado para pesquisa somente um processo trabalhista que requereu perícia contábil para seu desfecho, percebe-se que no litígio trabalhista o papel do perito contador é importante, seja ele atuante como perito de confiança do magistrado ou atuante como assistente técnico das partes litigantes. As obrigações trabalhistas necessitam de uma assessoria direta por parte dos profissionais envolvidos ocasionando a verificação abrangente de todos os fatores judiciais que possibilitem um acompanhamento detalhado para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade.

Por fim, recomenda-se a elaboração de trabalhos e pesquisas sobre perícia contábil, considerando sua abrangência, não apenas no ramo trabalhista, como exposto no presente trabalho, mas igualmente na área habitacional, cível, comercial, tributária ou qual for o ramo onde o perito contador for indispensável para cooperar com o desfecho de um litígio, seja ele judicial ou extrajudicial.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia Contábil**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____, _____. São Paulo. Atlas: 2000.

_____, _____. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____, _____. São Paulo, Atlas, 2007.

BRASIL. Congresso Nacional. **Código de Processo Civil**. Diário Oficial da União. Brasília, 2003.

_____. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução nº 857/99. Reformula a NBC P2, denominando-a Normas Profissionais do Perito**. Brasília, 1999.

_____. Decreto-Lei nº 9.295/46. **Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências**. Rio de Janeiro: Poder Executivo, 1946.

_____. Decreto 3.048/99. **Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências**. Brasília, 1999.

_____. Decreto 3.048/99. **Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências**. Brasília, 1999. Lei nº 605/49. **Regulamenta o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos**. Rio de Janeiro, 1949.

_____. Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. **Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros e dá outras providências**. Disponível em http://www.cfc.org.br/uparq/decretolei_9295_1946.pdf. Acesso em 25/11/2012.

_____. Decreto nº 57.155/65. **Expede nova regulamentação da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, que institui a gratificação de Natal para os trabalhadores, com as alterações introduzidas pela Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965**. Brasília, 1965.

_____. Decreto-Lei nº 5.452/43. **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**. Rio de Janeiro, 1943.

_____. Lei nº 605/49. **Regulamenta o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.** Rio de Janeiro, 1949.

_____. Lei nº 4.090/62. **Institui a Gratificação de Natal para os Trabalhadores.** Brasília, 1962.

_____. Lei 8.036/90. **Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.** Brasília, 1990.

_____. Lei 4.769/65. **Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.** Brasília, 1965.

_____. Lei 8.2012/91. **Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.** Brasília, 1991.

_____. Lei 8.541/92. **Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.** Brasília, 1992.

_____. Lei 8.177/91. **Estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências.** Brasília, 1991.

_____. **Novo Código Civil Brasileiro.** Brasília, Senado, 2008.

_____. Portaria Interministerial MPS/MF nº 33/2010. **Dispõe sobre o salário mínimo e o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dos demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social - RPS.** Brasília, 2009.

_____. TST. **Enunciados 05, 348, 94, 305, 347, 328, 200.** Brasília. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/sumulas>. Acesso em 25/11/2012.

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho.** 36 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Prova Pericial Contábil: Aspectos Práticos e fundamentais.** 5 ed. Curitiba: Juruá, 2007.

MAGALHÃES, Antonio de Deus F. LUNKES, Irtis Cristina. **Perícia Contábil nos Processos Cível e Trabalhista: O valor informacional da contabilidade para o sistema judiciário.** São Paulo: Atlas, 2008.

_____. _____. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. _____. São Paulo: Atlas, 1998.

ORNELAS, Martinho Mauricio Gomes de. **Perícia Contábil.** 4 ed.- São Paulo, 2007.

_____. _____. 4ª ed. São Paulo: Atlas: 2003.

SÁ, Antonio Lopes de. **Perícia Contábil.** 8. ed.rev. eamp. São Paulo. Atlas, 2008.

_____._____. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ZANNA, Remo Dalla. **Pratica de Pericia Contábil**. 2 ed. São Paulo: IOB Thomson, 2007.

ANEXO A

TERMO DE DILIGÊNCIA

CACOAL– RO, 12de junho de 2010.

AUTOS: 01037.2002.141.14.01-0

AÇÃO: TRABALHISTA

EXEQUENTE: FRANCISCA AS SILVA

EXECUTADA: BANANEIRA CONFECÇÕES LTDA

Dr. JAMIRO DA SILVA

Advogado da exeqüenteFrancisca da Silva

Na condição de perito-contador, nomeado pelo Juízo em referência e/ou perito-contador assistente indicado pelas partes, nos termos do artigo 429 do Código do Processo Civil e das Normas Brasileiras de Contabilidade, solicita-se que sejam fornecidos ou postos à disposição, para análise, os documentos a seguir indicados:

1.Recibo	de	Salário
2.Contrato	de	Trabalho
4.Carteira	de	Trabalho
5.Certidão de Nascimento do dependente.		

Para que se possa cumprir o prazo estabelecido para elaboração e entrega do laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil, é necessário que os documentos solicitados sejam fornecidos ou postos à disposição deste perito-contador ou perito-contador assistente até o dia 10-06-2010, às 8h, no endereço do Perito Contador. Solicita-se que seja comunicado quando os documentos tiverem sido remetidos ou estiverem à disposição para análise.

Em caso de dúvida, solicita-se esclarecê-la diretamente com o signatário no endereço e telefones indicados.

Cacoal- Rondônia

Rua Luther king , nº1740, Jardim Clodoaldo

Fone:3441- 2015

Rosineide Ferreira de Oliveira
CRC-RO sob Nº. 003621/O5
Perito Contábil

ANEXO B

Tabela 1: Cálculo de venda e comissões

Cálculo das vendas e comissões				
Período	Comissões		Comissões	Diferença
	Por relatórios		Contra cheque	
Jun/09	R\$	632,52	R\$ 632,50	R\$ 0,02
Jul/09	R\$	856,08	R\$ 856,00	R\$ 0,08
Ago/09	R\$	947,76	R\$ 947,73	R\$ 0,03
Set/09	R\$	758,06	R\$ 758,00	R\$ 0,06
Out/09	R\$	970,12	R\$ 970,00	R\$ 0,12
Nov/09	R\$	1.196,37	R\$ 1.196,25	R\$ 0,12
Dez/09	R\$	512,36	R\$ 512,00	R\$ 0,36
Jan/10	R\$	1.062,14	R\$ 1.062,00	R\$ 0,14
Fev/10	R\$	1.533,42	R\$ 1.533,35	R\$ 0,07
Mar/10	R\$	1.964,10	R\$ 1.964,00	R\$ 0,10
Abr/10	R\$	1.049,65	R\$ 1.050,00	-R\$ 0,35
Total	R\$	11.482,58	R\$ 11.481,83	

Fonte: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - Cacoal

ANEXO C

Tabela 2: DSR e reflexos

Competên cia	Base de Cálculo	Nº de dias úteis	NºRSR	Vl. RSR				
Jun/09	733,7	23	4	127,6				
Jul/09	982,81	27	4	145,6				
Ago/09	1129,99	26	5	217,31				
Set/09	909,6	25	4	145,54				
Out/09	1113,7	26	4	171,34				
Nov/09	1435,5	23	5	312,07				
Dez/09	587,85	26	4	90,44				
Jan/10	1316,88	24	5	274,35				
Fev/10	1866,49	23	4	324,61				
Mar/10	2254,96	23	4	392,17				
Abr/10	1312,5	16	3	246,09				
Parcelas			Competên cia	Soma Per. Aquisit ivo	Nº de mese s	Médi a	Multip licador	Valor Reflexo
Aviso Prévio Indenizado 13º Salários 09 13º Salário rescisão Férias indenizadas +1/3 2009/2010			Abr/10	2447,1 2	10,63	230,2 1	1	230,21
			Dez/09	1209,9	6,97	173,5 9	0,5833	101,26
			Abr/10	1237,2 2	3,67	337,1 2	0,4167	140,47
			Abr/10	2447,1 2	10,63	230,2 1	1,3333	306,95

Fonte: Processo do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - Cacoal

ANEXO D

Tabela 3: Cálculo FGTS + 40%

Competência	Base de calculo	FGTS DEVIDO 8%	Índices Atualização	VI em 30/4/10
	Parcelas deferidas	Sobre parcelas deferidas	FGTS sobre parcelas deferidas	FGTS sobre parcelas deferidas
Jun/09	127,6	10,21	1,002575	10,24
Jul/09	145,6	11,65	1,001523	11,67
Ago/09	217,31	17,38	1,001325	17,4
Set/09	145,54	11,64	1,001325	11,66
Out/09	171,34	13,71	1,001325	13,713
Nov/09	312,07	24,97	1,001325	25
Dez/09	90,44	7,24	1,000792	7,25
Jan/10	274,35	21,95	1,000792	21,97
Fev/10	324,61	25,97	1,000792	25,99
Mar/10	392,17	31,37	1,00	31,37
Abr/10	246,09	19,69	1,00	19,69
13ºsal 09	101,26	8,1	1,000792	8,11
13ºsal. Resc	140,47	11,24	1,00	11,24
Av.previo ind.	230,21	18,42	1,00	18,42
				233,74
VI. Atualizado FGTS devido sobre parcelas deferidas _____				
233,74				
Multa FGT, sobre parcelas deferidas (40%) _____				
93,50				

Fonte: Processo do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - Cacoal

ANEXO E

Tabela 4: Contribuições Previdenciárias

Competência	Salário de Contribuição	Alíquota segurado %	Contribuição do Segurado
	Anotado CTPS/escriturado		Devida
Jun/09	733,7	8	58,70
Jul/09	982,81	9	88,45
Ago/09	1129,99	9	101,70
Set/09	909,6	8	72,77
Out/09	1113,7	9	100,23
Nov/09	1435,5	9	129,20
Dez/09	587,85	8	47,03
Jan/10	1316,88	9	118,52
Fev/10	1866,49	11	205,34
Mar/10	2254,96	11	248,05
Abr/10	1312,5	9	118,13
			49,04
13ºsal DEZ/ 09	613,02	8	
			41,11
13ºsal. Rescabr/10	513,83	8	
Av.previoabr/10	1233,17	9	110,99

Fonte: Processo do Tribunal Regional do Trabalho da 14ªRegião - Cacoal

ANEXO F

Tabela 5: Contribuição do empregador

Competência	Salário de Contribuição			Alíquota%	COTA EMPREGADO			Contribuição do Empregador		VALOR DO INSS
	Vínculo / salários	Verbas da reclamação trabalhista	TOTAL		Valor Devido	Retida ainda que por presunção	Diferença	FPAS 20%	RAT 1%	
Jun/09	733,7	127,6	861,3	8	68,90	58,70	10,20	25,52	1,28	37
Jul/09	982,81	145,6	1128,41	9	101,56	88,45	13,11	29,12	1,46	43,69
Ago/09	1129,99	217,31	1347,3	9	121,26	101,70	19,56	43,46	2,17	65,19
Set/09	909,6	145,54	1055,14	9	94,96	72,77	22,19	29,11	1,46	52,76
Out/09	1113,7	171,34	1285,04	9	115,65	100,23	15,42	34,27	1,71	51,4
Nov/09	1435,5	312,07	1747,57	11	192,23	129,20	63,03	62,41	3,12	128,56
Dez/09	587,85	90,44	678,29	8	54,26	47,03	7,23	18,09	0,90	26,22
Jan/10	1316,88	274,35	1591,23	9	143,21	118,52	24,69	54,87	2,74	82,3
Fev/10	1866,49	324,61	2191,1	11	241,04	205,34	35,70	64,92	3,25	103,87
Mar/10	2254,96	392,17	2647,13	11	291,18	248,05	43,13	78,43	3,92	125,48
Abr/10	1312,5	246,09	1558,59	9	140,27	118,13	22,14	49,22	2,46	73,82
13ºsal DEZ/ 09	613,02	101,26	714,28	8	57,14	49,04	8,10	20,25	1,01	29,36
13ºsal. Rescabr/10	513,83	140,47	654,3	8	52,34	41,11	11,23	28,09	1,40	40,72
Av.previoabr/10	1233,17	230,21	1463,38	9	131,70	110,99	20,71	46,04	2,30	69,05
							316,44	583,80	29,18	929,42

Fonte: Processo do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - Cacoal

ANEXO G

Tabela 6: Cálculo dos juros e multa

Competência	Valor do INSS Devido	Remanescente em Dez 2010			
	Liquidação	Valor do INSS	Juros e Multas		Total
			%	\$	
Jun/09	R\$ 37,00	R\$ 37,00	32,9	R\$ 12,17	R\$ 49,17
Jul/09	R\$ 43,69	43,69	32,21	R\$ 14,07	R\$ 57,76
Ago/09	R\$ 65,19	65,19	31,52	R\$ 20,55	R\$ 85,74
Set/09	R\$ 52,76	52,76	30,83	R\$ 16,27	R\$ 69,03
Out/09	R\$ 51,40	51,4	30,17	R\$ 15,51	R\$ 66,91
Nov/09	R\$ 128,56	128,56	29,44	R\$ 37,85	R\$ 166,41
Dez/09	R\$ 26,22	26,22	28,78	R\$ 7,55	R\$ 33,77
Jan/10	R\$ 82,30	82,3	28,19	R\$ 23,20	R\$ 105,50
Fev/10	R\$ 103,87	103,87	27,43	R\$ 28,49	R\$ 132,36
Mar/10	R\$ 125,48	125,48	26,76	R\$ 33,58	R\$ 159,06
Abr/10	R\$ 73,82	73,82	26,01	R\$ 19,20	R\$ 93,02
13° sal DEZ/ 09	R\$ 29,36	29,36	29,44	R\$ 8,64	R\$ 38,00
13° sal. Rescabr/10	R\$ 40,72	40,72	26,01	R\$ 10,59	R\$ 51,31
Av.previoabr/10	R\$ 69,05	69,05	26,01	R\$ 17,96	R\$ 87,01
		R\$ 929,42		R\$ 265,63	R\$ 1.195,05

Fonte: Processo do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - Cacoal

ANEXO H

Tabela 7: Calculo do credito trabalhista e deduções

Competência	Verbas Salariais		Verbas não salariais					Cont. Previdenciária segurado	Fator de correção monetária	Percentual de juros moratórios	Vl. Em 1/12/10	
	13º sal	Demais	Av. prévio indeniz. FGTS +40%	Férias Indenizadas	13º Indenizado	Multas	Indenização estabilidade				Principal deduzida a contribuição previdenciária (A-B)*C	Juros de mora (D*E)
A								B	C	D	E	F
Jun/09		127,6						10,2	1,007265	6,87	118,25	8,12
Jul/09		145,6						13,11	1,006208	6,87	133,31	9,16
Ago/09		217,31						19,56	1,00601	6,87	198,94	13,67
Set/09		145,54						22,19	1,00601	6,87	124,09	8,52
Out/09		171,34						15,42	1,00601	6,87	156,86	10,78
Nov/09		312,07						63,03	1,00601	6,87	250,54	17,21
Dez/09		90,44						7,23	1,005474	6,87	83,67	5,75
Jan/10		274,35						24,69	1,005474	6,87	251,03	17,25
Fev/10		324,61						35,7	1,005474	6,87	290,49	19,96
Mar/10		392,17						43,13	1,004678	6,87	350,67	24,09
Abr/10		246,09						22,14	1,004678	6,87	225,00	15,46
Dez/09	101							8,1	1,005474	6,87	93,67	6,44
Abr/10	140							11,23	1,004678	6,87	129,84	8,92
Abr/10			230					20,71	1,004678	6,87	210,48	14,46
Abr/10			327						1,004678	6,87	328,77	22,59
Abr/10				306,95					1,004678	6,87	308,39	21,19
								316,44			3254,00	223,57

Fonte: Processo do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - Cacoal

ANEXO I

Quadro 7: Síntese dos valores apurados

Valores em 01/12/10	
Principal Trabalhista	R\$ 3.570,44
Cota Previdenciária do segurado (dedução)	R\$ 316,44
Principal Trabalhista após dedução da Cota Previdenciária do segurado	R\$ 3.254,00
Juros de mora	R\$ 223,57
Crédito trabalhista antes do desconto do IR	R\$ 3.477,57
Imposto de Renda (Dedução)	R\$ 80,01
Crédito trabalhista Líquido	R\$ 3.397,56
Valor do INSS	R\$ 929,42
COTA EMPREGADO	R\$ 316,44
COTA EMPREGADOR	R\$ 612,98
Juros e Mora	R\$ 265,63
Contribuição Previdenciária e Acréscimos	R\$ 1.195,05
Imposto de renda (Recolhimento)	R\$ 80,01
Valor Total	R\$ 4.672,62

Fonte: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - Cacoal